



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2025

ALSOL ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.
CNPJ nº 15.483.161/0001-50

RESULTADOS 2025

Relatório da Administração: Senhores Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas, as Demonstrações Financeiras relativas aos exercícios sociais de 2025 e 2024. Colocamo-nos à disposição dos Senhores acionistas para esclarecimentos porventura necessários. Uberlândia, 25 de março de 2026.

BALANÇO SOCIAL ANUAL - 2025

(Em milhares de reais)

		2025			2024		
1 - Base de Cálculo							
Receita Líquida (RL)		588.950			380.409		
Resultado operacional (RO)		(129.239)			(29.786)		
Folha de pagamento bruta (FPB)		31.687			41.385		
2 - Indicadores Sociais Internos		Valor (mil)	% sobre FPB	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre FPB	% sobre RL
Alimentação		3.551	11,21%	0,96%	2.687	6,49%	0,71%
Encargos sociais compulsórios		5.136	16,21%	1,39%	4.897	11,83%	1,29%
Previdência privada		533	0,00%	0,14%	275	0,00%	0,07%
Saúde		2.063	6,51%	0,56%	-	0,00%	0,00%
Segurança e saúde no trabalho		801	2,53%	0,22%	-	0,00%	0,00%
Educação		-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Cultura		-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Capacitação e desenvolvimento profissional		335	1,06%	0,09%	-	0,00%	0,00%
Creches ou auxílio-creche		3	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Participação nos lucros ou resultados		3.228	0,00%	0,87%	3.255	0,00%	0,86%
Outros		388	0,00%	0,10%	-	0,00%	0,00%
Total - Indicadores sociais internos		16.038	37,52%	4,33%	11.114	18,32%	2,93%
3 - Indicadores Sociais Externos		Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL
Educação		517	-0,40%	0,14%	93	-0,31%	0,02%
Cultura		-	0,00%	0,00%	121	-0,41%	0,03%
Saúde e saneamento		-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Esporte		-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Combate à fome e segurança alimentar		-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Outros		191	-0,15%	0,05%	4	0,01%	0,00%
Total das contribuições para a sociedade		708	-0,55%	0,19%	218	-0,73%	0,05%
Tributos (excluídos encargos sociais)		16.548	12,80%	-4,77%	5.052	-16,96%	1,33%
Total - Indicadores sociais externos		(15.840)	12,25%	-4,28%	5.270	-17,69%	1,38%
4 - Indicadores Ambientais		Valor	% sobre RO	% sobre RL	Valor	% sobre RO	% sobre RL
Investimentos relacionados com a produção/operação da empresa		995	-0,77%	0,27%	1.022	-3,43%	0,27%
Investimentos em programas e/ou projetos externos		-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Total dos investimentos em meio ambiente		995	-0,77%	0,27%	1.022	-3,43%	0,27%
Quanto ao estabelecimento de "metas anuais" para minimizar resíduos, ou consumo em geral na produção/operação e aumentar a eficiência na utilização de recursos naturais, a empresa		() não possui metas () cumpre de 51 a 75% () cumpre de 76 a 100%		() não possui metas () cumpre de 51 a 75% () cumpre de 76 a 100%			
5 - Indicadores do Corpo Funcional		2025		2024			
Nº de empregados(as) ao final do período		192		188			
Nº de admissões durante o período		100		71			
Nº de empregados(as) terceirizados(as)		320		350			
Nº de estagiários(as)		11		11			
Nº de empregados(as) acima de 45 anos		23		23			
Nº de mulheres que trabalham na empresa		68		60			
% de cargos de chefia ocupados por mulheres		42,31%		32,00%			
Nº de negros(as) que trabalham na empresa		135		151			
% de cargos de chefia ocupados por negros(as)		69,23%		84,00%			
Nº de portadores(as) de deficiência ou necessidades especiais		3		4			
6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial		2025		2024		Metas 2026	
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa		20,60		-		20,60	
Número total de acidentes de trabalho		-		-		-	
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	() direção	(X) direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	() direção	(X) direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	(X) direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	(X) todos(as) + Cipa	(X) direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	(X) todos(as) + Cipa	
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:	() não se envolverá	(X) seguirá as normas da OIT	() incentivará e seguirá a OIT	() não se envolverá	(X) seguirá as normas da OIT	() incentivará e seguirá a OIT	
A previdência privada contempla:	(X) direção	(X) direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)	(X) direção	(X) direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)	
A participação dos lucros ou resultados contempla:	(X) direção	(X) direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)	(X) direção	(X) direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)	
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	() não serão considerados	() serão sugeridos	(X) serão exigidos	() não serão considerados	() serão sugeridos	(X) serão exigidos	
Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:	() não se envolverá	(X) apoiará	() organizará e incentivará	() não se envolverá	(X) apoiará	() organizará e incentivará	
Número total de reclamações e críticas de consumidores(as):	na empresa	no Procon	na Justiça	na empresa	no Procon	na Justiça	
% de reclamações e críticas atendidas ou solucionadas:	na empresa	no Procon	na Justiça	na empresa	no Procon	na Justiça	
Valor adicionado total a distribuir (em mil R\$):	Em 2025: 221.538			Em 2024: 249.984			
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):	-5% governo 15% colaboradores(as) 0% acionistas 128% terceiros -38% retido			12% governo 11% colaboradoras(as) 0% acionistas 85% terceiros -7% retido			
7 - Outras Informações		2025		2024			
7) Investimentos sociais							
7.1 - Programa Luz para Todos							
7.1.1 - Investimento da União							
7.1.2 - Investimento do Estado							
7.1.3 - Investimento do Município							
7.1.4 - Investimento da Concessionária							
Total - Programa Luz para Todos (7.1.1 a 7.1.4)							
7.2 - Programa de eficiência Energética							
7.3 - Programa de Pesquisa e Desenvolvimento		44					
Total dos investimentos sociais (7.1 a 7.3)		44		0			

BALANÇO PATRIMONIAL

Em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais)

		Controladora		Consolidado			
Nota	2025	2024	2025	2024	Nota	2025	2024
Ativo							
Circulante							
Caixa e equivalente de caixa	6.1	5.190	3.532	68.892	43.026		
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	6.2	295.160	99.994	296.425	100.687		
Clientes	7	67.225	55.678	69.347	60.462		
Estoque	8	3.236	11.706	3.236	11.706		
Tributos a recuperar	9	23.548	12.585	24.636	13.675		
Instrumentos financeiros derivativos	26	-	55.009	-	55.009		
Dividendos a receber		6.302	2.841	-	-		
Outros créditos		18.034	16.343	25.655	30.612		
Total do circulante		418.695	257.688	488.191	315.177		
Não circulante							
Realizável a longo prazo							
Cauções de depósitos vinculados	20	876	790	876	790		
Créditos tributários	10	96.237	43.661	96.237	45.602		
Tributos a recuperar	9	34.050	26.252	35.258	27.242		
Adiantamentos para aquisição de novos ativos		20.028	17.763	20.028	17.763		
Outros créditos		-	40	-	40		
		151.191	88.506	152.399	91.437		
Investimento	12	327.059	331.256	2	1.070		
Imobilizado	13	2.217.502	2.152.237	2.456.853	2.389.285		
Arrendamentos	13.1 e 13.2	60.654	61.508	70.825	66.463		
Intangível	14.1 a 14.3	28.089	13.501	90.099	91.284		
Total do não circulante		2.784.495	2.647.008	2.770.178	2.639.539		
Total do ativo		3.203.190	2.904.696	3.258.369	2.954.716		
Passivo							
Circulante							
Fornecedores	15	36.940	68.896	37.796	69.812		
Empréstimos e financiamentos	16	246.642	901.779	248.373	903.464		
Debitores	17	-	134.861	-	134.861		
Passivos de arrendamentos	18	10.653	7.365	11.123	7.963		
Impostos e contribuições sociais	19	6.389	13.739	8.838	15.675		
Folha de pagamento		1.025	946	1.038	949		
Instrumentos financeiros derivativos	26	36.102	-	36.102	-		
Outros passivos		21.355	12.487	19.316	19.280		
Total do circulante		359.106	1.140.073	362.586	1.152.004		
Não circulante							
Fornecedores	15	828	352	5.358	5.460		
Empréstimos e financiamentos	16	1.916.957	757.712	1.937.520	779.439		
Passivos de arrendamentos	18	63.294	64.913	73.665	69.436		
Impostos e contribuições sociais	19	146	103	146	103		
Créditos tributários		-	-	122	-		
Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais	20	1.724	1.971	1.746	2.030		
Provisão para perda no investimento	12	325	4.853	-	-		
Provisão para desmobilização		138.663	126.195	146.404	133.936		
Instrumentos financeiros derivativos		4.913	-	4.913	-		
Benefícios e empregados	27	-	1	1	1		
Retenções contratuais - Aquisições		14.456	20.373	14.456	20.373		
Outros passivos		-	9.061	8.674	12.849		
Total do não circulante		2.141.306	985.534	2.193.005	1.023.627		
Patrimônio líquido							
Capital social	21.1	843.634	843.634	843.634	843.634		
Reserva de capital	21.2	7.055	222	7.055	222		
Prejuízos acumulados	(147.930)	(64.785)	(147.930)	(64.785)			
Outros resultados abrangentes	21.4	19	18	19	18		
Total do patrimônio líquido		702.778	779.089	702.778	779.089		
Participação de acionistas não controladores		-	-	-	(4)		
Total do passivo e patrimônio líquido		3.203.190	2.904.696	3.258.369	2.954.716		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais)

		Reservas de capital		Prejuízos acumulados		Outros Resultados Abrangentes		Total atribuído aos acionistas controladores		Participação dos acionistas não controladores		Total consolidado	
Nota	Capital social	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Saldos em 31 de dezembro de 2023													
Transações com investimentos	21.1	843.634	233	(47.305)	12	796.574	(48)			(5)		796.569	(48)
Programa de remuneração variável (ILP)	21.2	-	-	37	-	37	-					37	-
Prejuízo do exercício	21.4	-	-	-	(17.480)	-	(17.480)			1	(17.479)	-	(17,479)
Outros resultados abrangentes, líquido de tributos	21.4	-	-	-	-	6	-			-	6	-	6
Saldos em 31 de dezembro de 2024		843.634	222	(64.785)	18	779.089	6.772	4	779.085	(4)	779.085		
Transações com investimentos	21.2	-	6.768	-	-	6.768	-						
Programa de remuneração variável (ILP)	21.2	-	65	-	-	65	-						
Prejuízo do exercício	21.4	-	-	-	(83.145)	-	(83.145)						
Outros resultados abrangentes, líquido de tributos	21.4	-	-	-	-	1	-				1	-	1
Saldos em 31 de dezembro de 2025		843.634	7.055	(147.930)									



patrimônio líquido da investida na data do balanço. Os demais investimentos estão contabilizados ao custo de aquisição, líquido da provisão para perdas, quando aplicável; **l) Combinação de negócios** - são contabilizadas aplicando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, que é avaliada com base no valor justo na data de aquisição, e o valor de qualquer participação de não controladores na aquisição. Para cada combinação de negócio, a aquisição mensura a participação de não controladores na adquirida pelo valor justo ou com base na sua participação nos ativos líquidos identificados na adquirida. Custos diretamente atribuíveis à aquisição são contabilizados como despesa quando incorridos. Ao adquirir um negócio, a Companhia avalia os ativos e passivos financeiros assumidos com o objetivo de classificar e alocar de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição, o que inclui a segregação, por parte da adquirida, de derivativos embutidos existentes em contratos hospedeiros na adquirida. Qualquer contraprestação contingente a ser transferida pela adquirida será reconhecida ao valor justo na data de aquisição. Alterações subsequentes no valor justo da contraprestação contingente considerada como um ativo ou como um passivo deverão ser reconhecidas de acordo com o CPC 48 na demonstração do resultado. Inicialmente, o ágio é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos, líquidos e os passivos assumidos). Se a contraprestação for menor do que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, a diferença deverá ser reconhecida como ganho na demonstração do resultado. Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável. Para fins de teste do valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é, a partir da data de aquisição, alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa do Grupo que se espera sejam beneficiadas pelas sinergias da combinação, independentemente de outros ativos ou passivos da adquirida ser atribuídos a estas unidades. Quando um ágio fizer parte de uma unidade geradora de caixa e uma parcela desta unidade for alienada, o ágio associado à parcela alienada deve ser incluído no custo da operação ao apurar-se o ganho ou a perda na alienação. O ágio alienado nestas circunstâncias é apurado com base nos valores proporcionais da parcela alienada em relação à unidade geradora de caixa mantida. As participações acionárias adquiridas, são avaliadas pelo valor justo dos ativos e passivos detidos pelas entidades objeto do negócio e as diferenças para o valor pago são classificadas como: **(i)** intangível (*goodwill*) quando o valor pago superar o valor justo dos ativos e passivos; **(ii)** resultado do exercício (compra vantajosa) quando o valor pago é inferior ao valor justo dos ativos e passivos. A Companhia também pode por estabelecer um teste opcional (teste de concentração) para permitir avaliação simplificada sobre se o conjunto de atividades e ativos adquiridos não é um negócio. A Administração avaliou eventuais transações que tenham ocorrido no período atendendo as seguintes considerações: i. se o teste de concentração for atendido, o conjunto de atividades e ativos é determinado como não sendo um negócio e nenhuma avaliação adicional é necessária; e ii. se o teste de concentração não for atendido, ou se a entidade optar por não aplicar o teste, a entidade deve então realizar a avaliação de uma combinação de negócios; **l) Demais ativos e passivos circulares e não circulante** - os demais ativos e passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos/cargos incorridos até a data do balanço; **k) Imobilizado**: itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando aplicável. O custo inicial gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui: - O custo de materiais e mão de obra direta; - Quaisquer outros custos para colocar o ativo no local em condições necessárias para que sejam capazes de operar na sua plenitude; - Os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados; e - Custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais na demonstração do resultado do exercício. Depreciação: Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente e/ou de acordo com o prazo de concessão/autorização; Desmobilização dos ativos fotovoltaicos: Considerando que os parques eólicos possuem contratos de arrendamento do terreno e assumiram obrigações de retirada de ativos no final do prazo do contrato, a Companhia efetuou o registro de provisão para desmobilização de Ativos. A provisão foi inicialmente mensurada ao seu valor justo e, posteriormente, é ajustada a valor presente de acordo com as mudanças no valor ou na temporividade dos fluxos de caixa estimados. Os custos de desmobilização do ativo são capitalizados como parte do valor contábil do ativo relacionado e serão depreciados ao longo da vida útil remanescente. **l) Intangível** - os ativos intangíveis compreendem os gastos incorridos na aquisição de softwares de manutenção de sistemas; **m) Redução ao valor recuperável: Ativo não financeiro:** A Administração da Companhia e de suas controladas, avalia o valor contábil líquido de seus ativos tangíveis e intangíveis com objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas operacionais ou tecnológicas para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Companhia calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável é consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada. Para fins de avaliação do valor recuperável dos ativos através do valor em uso, utiliza-se o menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (unidades geradoras de caixa - UGC). Uma perda é reconhecida na demonstração do resultado, pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável. Uma perda do valor recuperável anteriormente reconhecida é revertida caso não tiver ocorrido uma mudança nos pressupostos utilizados para determinar o valor recuperável do ativo ou UGC, desde que a perda não exceda o valor recuperável foi reconhecida. A reversão é limitada para que o valor contábil do ativo não exceda o seu valor recuperável, nem o valor contábil que teria sido determinado, líquido de depreciação, se nenhuma perda do valor recuperável tivesse sido reconhecida no ativo em exercícios anteriores. Essa reversão é reconhecida na demonstração dos resultados, caso aplicável. Os seguintes critérios são aplicados na avaliação do valor recuperável dos seguintes ativos: **A**gio: teste de perda por redução ao valor recuperável de ágio é efetuado anualmente na data do encerramento do exercício ou antes disso quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil. Quando o valor recuperável é menor do que seu valor contábil uma perda de valor recuperável é reconhecida. As perdas de valor recuperável relativas ao ágio não podem ser revertidas em exercícios futuros. **A**tivos intangíveis: os ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação a perda por redução ao valor recuperável anualmente na data do encerramento do exercício, individualmente ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil. **Avaliação do valor em uso em uma combinação de negócios:** A avaliação do valor em uso é realizada com base nos procedimentos de capitalização estabelecidos no normativo contábil (CPC 20); **a) Empréstimos, financiamentos e debêntures** - são demonstrados pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva; **p) Arrendamentos** - os contratos são avaliados, se ele é ou contém um arrendamento, ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação. Neste caso, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes. No entanto, como permitido pela norma contábil vigente, CPC 06 (R2), os pagamentos de curto prazo (contratos com vigência inferior a 12 meses) e de arrendamentos de ativos de baixo valor (máximo de USD 5.000) são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento. - Ativos de direito de uso: os ativos de direito de uso são reconhecidos na data de início do arrendamento pelo valor presente. Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova mensuração dos passivos de arrendamento. Os ativos de direito de uso são amortizados linearmente, pelo menor período de prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos. - Passivo de arrendamento: os passivos de arrendamento são reconhecidos na data de início do arrendamento pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o contrato. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor do passivo de arrendamento é remensurado se houver modificação, alteração de prazo ou uma mudança de valor das parcelas; **q) Imposto de renda e contribuição social** - compreendem os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. Os tributos correntes são mensurados ao valor esperado a ser pago as autoridades fiscais, utilizando as alíquotas aplicáveis, enquanto o imposto diferido é contabilizado no resultado a menos que esteja relacionado a itens registrados em resultados abrangentes no patrimônio líquido. O imposto diferido é reconhecido em relação às diferenças temporárias entre os valores de ativos e passivos financeiros e os valores contábeis e valores esperados para fins de tributação. O impacto de renda é alocado entre o lucro tributável e o lucro tributável, acrescido do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 mil. A contribuição social foi calculada à alíquota de 9%. Embora os ativos e os passivos fiscais correntes sejam reconhecidos e mensurados separadamente, a compensação no balanço patrimonial está sujeita aos critérios similares aqueles estabelecidos para os instrumentos financeiros. A entidade tem normalmente o direito legalmente executável de compensar o ativo fiscal corrente contra um passivo fiscal corrente quando eles se relacionam com tributos sobre o lucro lançado pela mesma autoridade tributária e a legislação tributária permitir que a entidade faça ou receba um único pagamento líquido. O imposto de renda e a contribuição social diferidos ("tributos diferidos") são reconhecidos sobre as diferenças temporárias na data do balanço entre os saldos de ativos e passivos. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revistos a cada data de fechamento e são reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável. Conforme orientações do CPC 22 - Tributos sobre o Lucro, a Companhia avalia se é provável que uma autoridade tributária aceitará um tratamento tributário incerto. Se o resultado que a posição não será aceita, o efeito da incerteza será refletido no resultado da Companhia. Em 2025, não há incerteza quanto aos tratamentos tributários sobre o lucro adotados pela Companhia e suas controladas; **r) Provisões** - uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os passivos relacionados a causas judiciais estão provisionados por valores julgados suficientes pelos administradores e assessores jurídicos para fazer face aos desfechos desfavoráveis; **b) Benefícios pós-emprego** - a Companhia e suas controladas oferecem aos seus colaboradores plano de benefício previdenciário na modalidade de contribuição definida e assistência médica-hospitalar. No Plano de Previdência na modalidade Contribuição Definida, Plano CD, a Patrocinadora paga contribuições fixas para uma entidade separada, não possuindo qualquer responsabilidade sobre as insuficiências atuariais desse plano, as obrigações são reconhecidas como despesas no resultado do exercício em que os serviços são prestados. A Companhia participa do custo dos planos de assistência médica-hospitalar aos empregados, que efetuam contribuição fixa para o plano, em atendimento à Lei 9.656/98 (que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde). Conforme previsão dos artigos 30º e 31º da Lei, não será garantido o direito à extensão do plano de assistência médica no qual o participante tenha direito enquanto empregado ativo. Os ganhos e perdas atuariais são contabilizados diretamente em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido; **t) Receita operacional** - As receitas são reconhecidas quando representam a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes, de forma a refletir o montante que a Companhia espera receber em troca desses bens ou serviços, sendo compostas, em sua grande maioria, por contratos com clientes. Quando o resultado de uma transação envolvendo a prestação de serviços pode ser estimado de forma confiável, a Companhia reconhece a receita associada à transação por referência ao estágio de execução da transação ao final do período de referência (chamado algumas vezes de método de percentagem completada). O resultado da transação pode ser avaliado de forma confiável quando todas as condições a seguir são satisfetidas: - O valor da receita pode ser mensurado de forma confiável; - É provável que os benefícios econômicos associados com a transação fluirão para a Companhia; - O estágio de execução da transação ao final do período de referência pode ser mensurado de forma confiável; - Os custos incorridos para a transação e os custos para completar a transação podem ser mensurados de forma confiável. Quando o resultado da transação envolvendo a prestação de serviços não pode ser estimado de forma confiável, a Companhia reconhece a receita apenas na medida das despesas reconhecidas que são recuperáveis. As receitas provenientes da locação de usinas fotovoltaicas para consórcios e cooperativas são reconhecidas mensalmente com base no valor das faturas de locação emitidas e enviadas aos clientes finais. O cálculo considera a geração de créditos de energia da usina no mês, sendo as faturas determinadas conforme o percentual de consumo de cada cliente na usina conectada ao Sistema de Compensação de Energia Elétrica (SCEE). Na ALSol, essa receita é reconhecida a partir da data do balanço e o faturamento e os custos dos alugueis das usinas destinados aos consórcios e cooperativas; **u) Cobertura de seguros** - A política de seguros da Companhia baseia-se na contratação de seguros com coberturas nos resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam exclusivamente pagamentos de principal de juros sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada a nível de cada instrumento. As aquisições ou alienações de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Um ativo financeiro não é mais reconhecido quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual, essencialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. **Mensuração subsequente** - para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida); ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida); ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de

ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais); e ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado. A Companhia e suas controladas mensuram os ativos financeiros ao custo amortizado se o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais, e se os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável. Quanto aos instrumentos de dívida a Companhia e suas controladas avaliam ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes se o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais, e se os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em determinadas datas específicas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Para os instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, a receita de juros, a reavaliação cambial e as perdas ou reversões de redução ao valor recuperável são reconhecidas na demonstração do resultado e calculadas da mesma maneira que para os ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado. As alterações restantes no valor justo são reconhecidas em outros resultados abrangentes. No momento do desreconhecimento, a mudança acumulada do valor justo reconhecida em outros resultados abrangentes é reclassificada para resultado.

Segue abaixo resumo da classificação e mensuração - CPC 48/IFRS 9:

Ativos financeiros a custo amortizado	Estes ativos são mensurados ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por <i>impairment</i> . A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e <i>impairment</i> são reconhecidas no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é registrado no resultado.
Ativos financeiros mensurados a VJR	Esses ativos são mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida ao VJORA	Esses ativos são mensurados ao valor justo. Os rendimentos de juros calculados utilizando o método dos juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, poderá optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Esta escolha é feita para cada investimento. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
Instrumentos patrimoniais ao VJORA	Esses ativos são mensurados ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

Avaliação do modelo de negócio: A Companhia e suas controladas realizam uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o ativo é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem (i) as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas que inclui a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou para lidar com o risco de crédito, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; (ii) como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Sociedade; (iii) os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; (iv) como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e (v) a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras. As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia. Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado. **Avaliação sobre os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros:** Para fins de avaliação dos fluxos de caixa contratuais, o principal é definido como o valor custo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os juros são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro. A Companhia e suas controladas consideram os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, é considerado os eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa; os termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e os termos que limitem o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos, baseados na performance de um ativo. **Redução ao valor recuperável de ativos financeiros** - Julgamentos, estimativas e premissas - nota explicativa nº 23; Clientes - nota explicativa nº 7; e Instrumentos financeiros e gerenciamento de risco - nota explicativa nº 26. A Companhia e suas controladas reconhecem uma provisão para perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos de dívida não detidos pelo valor justo por meio do resultado. As perdas de crédito esperadas baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa se espera receber, descontados a uma taxa de juros efetiva que se aproxime da taxa original da transação. Os fluxos de caixa esperados incluirão fluxos de caixa da venda de garantias detidas ou outras melhorias de crédito que sejam integrantes dos termos contratuais. As perdas de crédito esperadas são reconhecidas em duas etapas. Para as exposições de crédito para as quais não houve aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, as perdas de crédito esperadas são provisionadas para perdas de crédito resultantes de eventos de inadimplência possíveis nos próximos 12 meses (perda de crédito esperada de 12 meses). Para as exposições de crédito para as quais houve um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial é necessária uma provisão para perdas de crédito esperadas durante a vida remanescente da exposição, independentemente do momento da inadimplência. Para contas a receber de clientes a Companhia e suas controladas aplicam uma abordagem simplificada no cálculo das perdas de crédito esperadas. Portanto, a Companhia e suas controladas não acompanham as alterações no risco de crédito, mas reconhece uma provisão para perdas com base em perdas de crédito esperadas vitais em cada data-base. A Companhia e suas controladas estabelecem uma matriz de provisões que se baseia em sua experiência histórica de perdas de crédito. Como métrica para a mensuração das perdas esperadas, condições futuras relevantes de inadimplência também são analisadas pela Companhia e suas controladas para cálculo final das perdas esperadas. **Passivos financeiros:** São mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Em 2025, compreendem empréstimos, financiamentos, saldos a pagar, passivo de arrendamentos, fornecedores e outras contas a pagar. **Reconhecimento inicial e mensuração** - os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado ou passivos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, conforme apropriado. **Mensuração subsequente** - a mensuração de passivos financeiros é como segue:

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem incorridos para fins de recompra no curto prazo. Esta categoria também inclui instrumentos financeiros derivativos contratados que não são designados como instrumentos de *hedge* nas relações de *hedge* definidas pelo CPC 48. Derivativos embutidos separados também são classificados como mantidos para negociação a menos que sejam designados como instrumentos de *hedge* eficazes. Ganhos ou perdas em passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado. Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento, e somente se os critérios do CPC 48 forem atendidos. A Companhia não designou nenhum passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros ao custo amortizado Após o reconhecimento inicial, debêntures emitidas, empréstimos e financiamentos contratuais e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado do exercício. Essa categoria geralmente se aplica a empréstimos e financiamentos concedidos e contrólados, sujeitos a juros.

Desreconhecimento Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação só ou o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença entre os respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado. **Compensação de instrumentos financeiros:** Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **Instrumentos financeiros derivativos:** As operações com instrumentos financeiros derivativos, contratadas pela Companhia, resumem-se em *swap*, que visa exclusivamente à proteção contra riscos cambiais associados a posições no balanço patrimonial, aquisição de bens para o ativo intangível e ativo imobilizado, além dos fluxos de caixa dos aportes de capital nas controladas projetados em moedas estrangeiras. São mensurados ao seu valor justo, com as variações registradas contra o resultado do exercício, exceto quando designados em uma contabilidade de *hedge* de fluxo de caixa, cujas variações no valor justo são reconhecidas em "outros resultados abrangentes" no patrimônio líquido. O valor justo dos instrumentos financeiros derivativos é calculado por empresas especializadas e independente na gestão de risco de caixa e dívida, de modo que é procedido monitoramento diário sobre o comportamento dos principais indicadores macroeconômicos e seus impactos nos resultados, em especial nas operações de derivativos. **Hedge Accounting:** A Companhia designa certos instrumentos de *hedge* relacionados a risco com variação de taxa de juros dos empréstimos como *hedge* de valor justo. No início da operação de *hedge*, a Companhia documenta a relação entre o instrumento de *hedge* e o item objeto de *hedge*, e de acordo com os objetivos da gestão de riscos e estratégia financeira. Adicionalmente, no início do *hedge* e de maneira continuada, a Companhia documenta se o instrumento de *hedge* usado é altamente efetivo na compensação das mudanças de valor justo ou fluxo de caixa do item objeto de *hedge*, atribuído ao risco sujeito a *hedge*. A nota explicativa nº 26, traz mais detalhes sobre o valor justo dos instrumentos derivativos utilizados para fins de *hedge*. A documentação inclui a identificação do instrumento de *hedge*, do item protegido, da natureza do risco que está sendo protegido e de como a entidade avalia se a relação de proteção atende os requisitos de efetividade de *hedge* (incluindo sua análise das fontes de inefetividade de *hedge* e como determinar o índice de *hedge*). Um relacionamento de *hedge* se qualifica para contabilidade de *hedge* se atender todos os seguintes requisitos de efetividade: - Existe relação econômica entre o item protegido e o instrumento de *hedge*; - O efeito de risco de crédito não influencia as alterações no valor que resultam desta relação econômica; - O índice de *hedge* da relação de proteção é e é mesmo que aquele resultante da quantidade do item protegido que a entidade efetivamente protege e a quantidade do instrumento de *hedge* que a entidade efetivamente utiliza para proteger esta quantidade de item protegido. Os *hedges* que atendem a todos os critérios de qualificação para contabilidade de *hedge* são registrados conforme descrito abaixo: Para os *hedges* de valor justo, a mudança no valor justo é reconhecida na demonstração do resultado como despesas financeiras. A mudança no valor justo do item objeto de *hedge* atribuído ao risco coberto é registrada como parte do valor contábil do item protegido, e é também reconhecida na demonstração do resultado do exercício como outros resultados abrangentes. Para *hedges* de valor justo relacionados a itens mensurados ao custo amortizado, qualquer ajuste ao valor contábil é amortizado por meio do resultado durante o prazo remanescente do *hedge*, utilizando o método da taxa de juros efetiva. A amortização da taxa de juros efetiva por ser iniciada assim que exista um ajuste e, no mais tardar, quando o item protegido deixar de ser ajustado por alterações no seu valor justo atribuíveis ao risco coberto. Se o item objeto de *hedge* for desreconhecido, o valor justo não amortizado é reconhecido imediatamente no resultado. Quando um compromisso firme não reconhecido é designado como um item protegido, a mudança acumulada subsequente no valor justo do compromisso firme atribuído ao risco protegido, é reconhecida como um ativo ou passivo com reconhecimento do ganho ou perda correspondente no resultado. **Incertezas:** Os valores foram estimados na data do balanço, baseados em informações disponíveis no mercado e por metodologias apropriadas de avaliações, entretanto considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa mais adequada do valor justo. Como consequência, as estimativas utilizadas e apresentadas na nota explicativa nº 26, não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. **v) Benefícios pós-emprego** - a Companhia oferece aos seus colaboradores planos de benefícios previdenciários, assistência médica-hospitalar e outros benefícios pós-emprego. Os planos de benefícios para suplementação de aposentadoria e pensões são classificados nas modalidades benefício definido (BD) e contribuição definida (CD). O valor presente das obrigações dos planos de benefício definido é calculado anualmente por um atuário qualificado através do método de crédito unitário projetado, com base em premissas e projeções de taxas de juros, inflação, variação dos benefícios, expectativa de vida, e outros variáveis. A taxa de desconto é o rendimento observado na data de apresentação das demonstrações financeiras para os títulos de dívida e cujas datas de vencimento se aproximam das condições das obrigações da Companhia e que sejam denominadas na mesma moeda na qual os benefícios têm expectativa de serem pagos. Na modalidade de benefício definido quaisquer custos de juros passados não reconhecidos e os valores justos de quaisquer ativos dos planos são deduzidos. Quando o cálculo atuarial resulta em um benefício, o ativo a ser reconhecido é limitado ao total de quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e o valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolso futuro do plano ou redução nas futuras contribuições aos planos. Na modalidade de contribuição definida, no qual a Patrocinadora paga contribuições fixas para uma entidade separada, não possuindo qualquer responsabilidade sobre as insuficiências atuariais desse plano, as obrigações são reconhecidas como despesas no resultado do exercício em que os serviços são prestados. **x) Demonstração do valor adicionado** - preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis, de acordo com a NBCTG 09/CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte suplementar às demonstrações financeiras. **3.2 Novos pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis e pelo IASB - International Accounting Standards Board: (I) Pronunciamentos novos ou revisados aplicados a partir de 1º de janeiro de 2025**

Pronunciamentos novos ou revisados	Natureza da revisão/emissão
Alterações ao CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada, em Controlada e Empreendimento Controlado Em Conjunto	A principal alteração na revisão do CPC 18 (R3) é relacionado à aplicação do método de equivalência patrimonial (MEP) para a mensuração de investimentos em controladas nas demonstrações financeiras individuais. Tal método já era permitido por lei no Brasil, houve apenas a adição de texto em conformidade às normas internacionais, portanto não houve impacto material em relação à norma vigente nas demonstrações financeiras.
Alterações ao CPC 02 (R2) - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis	As alterações ao CPC 02 (R2) / IAS 21 incorporam as alterações trazidas pelo <i>Lack of Exchangeability</i> , emitido pelo IASB, que define o conceito de moeda conversível, e orienta para procedimentos de moedas não conversíveis. As alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras.
OCPC 10: Créditos de Carbono (ICCO2), Permissões de emissão (allowances) e Crédito de Descarboxinação (CBO)	A orientação técnica direciona o tratamento contábil de créditos de carbono (ICCO2), Permissões de emissão (allowances) e créditos de descarboxinação (CBO) das entidades atuentes no mercado brasileiro. A orientação técnica não produziu impactos relevantes nas demonstrações financeiras.

(II) Pronunciamentos novos ou revisados emitidos, ainda não vigentes

Pronunciamentos ainda não vigentes	Exercícios anuais com início em ou após	Natureza da revisão/emissão	
CPC 51 (IFRS 18) - Apreensão e divulgação nas Demonstrações Contábeis	1º de janeiro de 2027	O CPC 51 substituirá o pronunciamento técnico CPC 26 (R1), e tem como principais objetivos e mudanças: aprimorar a apresentação das demonstrações financeiras, exigir a divulgação em notas explicativas de medidas de desempenho definidas pela administração e introduzir novos princípios de agregação e desagregação de informações. As alterações trarão impactos para as demonstrações financeiras individuais e consolidadas referentes a períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, bem como informações comparativas (aplicação retrospectiva). Tais impactos estão sendo avaliados pela Administração da Companhia, em processo de implementação durante o exercício corrente de 2026.	
IFRS 19 - Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações	1º de janeiro de 2027	A norma permite que entidades controladas, que não possuem responsabilidade pública, e que possuem uma controladora final ou intermediária que prepare demonstrações financeiras consolidadas, optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS. As aplicações serão avaliadas pela Administração.	
Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 - Alterações à Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros	1º de janeiro de 2026	As alterações nas normas indicam modificações relevantes nos requisitos de classificação, mensuração e divulgação dos instrumentos financeiros. A Companhia não irá aplicar as alterações de forma antecipada, e irá acompanhar a convergência dos pronunciamentos CPC 48 e CPC40 (R1) para avaliar os possíveis impactos nas suas demonstrações financeiras.	
Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 - Contratos de Eficácia Dependente de Condições Naturais	1º de janeiro de 2026	As alterações se aplicam a contratos que façam referência a eletricidade dependente de fatores naturais, esclarecendo a aplicação dos requisitos de uso próprio, entre outros detalhes. A Companhia não irá aplicar as alterações de forma antecipada, e irá acompanhar a convergência dos pronunciamentos CPC 48 e CPC40 (R1) para avaliar os possíveis impactos nas suas demonstrações financeiras.	

4. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas compreendem as demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas em 31 de dezembro de 2025 e 2024. O controle é obtido quando a Companhia estiver exposta ou tiver direito a retorno variáveis com base em seu envolvimento com a investida e tiver a capacidade de afetar estes retornos por meio do poder exercido em relação à investida. Controladas são todas as entidades (incluindo as entidades estruturadas) nas quais a Companhia detém o controle. A Companhia controla uma entidade quando está exposta ou tem direito a retorno variáveis decorrentes de seu envolvimento com a entidade e tem a capacidade de interferir nesses retornos devido ao poder que exerce sobre a entidade. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que a Companhia deixa de ter o controle. Os investimentos em empresas controladas são reconhecidos pelo método de equivalência patrimonial desde a data que o controle é adquirido. De acordo com este método, as participações financeiras nas controladas são reconhecidas nas demonstrações financeiras ao custo de aquisição, e são ajustadas periodicamente pelo valor correspondente a participação da Companhia nos resultados líquidos tendo como contrapartida uma conta de resultado operacional. A seguir apresenta-se o quadro de participação acionária da Companhia em suas controladas:

Controladas	Sede	Ramo de atividade	Participação acionária	
			2025	2024
LARALSO EMPREENDIMENTOS ENERGETICOS LTDA.	Uberlândia - MG	Geração de energia distribuída	100,00%	100,00%
URB ENERGISA LIMPAA LTDA.	Uberlândia - MG	Geração de energia distribuída	100,00%	100,00%
REENERGISA GERAÇÃO FOTOVOLTAICA I LTDA.	Capitão Enéas - MG	Geração distribuída fotovoltaica	100,00%	100,00%
REENERGISA GERAÇÃO FOTOVOLTAICA II S.A.	Francisco Sá - MG	Geração distribuída fotovoltaica	100,00%	100,00%
RENSOLAR ENGENHARIA ELÉTRICA LTDA.	Uberlândia - MG	Geração distribuída fotovoltaica	100,00%	100,00%
FLOWSLR ENGENHARIA ELÉTRICA LTDA.	Uberlândia - MG	Geração distribuída fotovoltaica	100,00%	100,00%
CARBONSOLAR ENGENHARIA ELÉTRICA LTDA.	Uberlândia - MG	Geração distribuída fotovoltaica	100,00%	100,00%
REENERGISA GERACAO FOTOVOLTAICA III S.A.	Uberlândia - MG	Geração distribuída fotovoltaica	100,00%	100,00%
REENERGISA GERACAO FOTOVOLTAICA IV S.A.	Uberlândia - MG	Geração distribuída fotovoltaica	100,00%	100,00%
REENERGISA GERACAO FOTOVOLTAICA VI S.A.	Uberlândia - MG	Geração distribuída fotovoltaica	100,00%	100,00%
REENERGISA GERACAO FOTOVOLTAICA VII S.A.	Uberlândia - MG	Geração distribuída fotovoltaica	100,00%	100,00%
REENERGISA GERACAO FOTOVOLTAICA VIII S.A.	Uberlândia - MG	Geração distribuída fotovoltaica	100,00%	100,00%
ÂNGULO 45 EMPREENDIMENTOS S.A.	Uberlândia - MG	Geração distribuída fotovoltaica	100,00%	100,00%
ÂNGULO PARTICIPAÇÕES S.A.	Uberlândia - MG	Holding	100,00%	100,00%

Descrição dos principais procedimentos de consolidação: a) Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas; b) Eliminação dos saldos das contas de investimentos e correspondentes participações no capital e resultados das empresas consolidadas; e c) Eliminação dos saldos de receitas e despesas, decorrentes de negócios entre as empresas consolidadas.

5. INFORMAÇÕES POR SEGMENTOS

Um segmento operacional é um componente que desenvolve atividades de negócio das quais pode obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas com transações com outros componentes da Companhia. Os resultados de segmentos que são reportados à Administração incluem itens diretamente atribuíveis ao segmento, bem como aqueles que podem ser alocados em bases razoáveis. A Companhia e suas controladas atuam no segmento de energias renováveis e sua demonstração de resultado reflete essas atividades, com atuação operacional em: - Segmento de sistemas fotovoltaicos que abrange os materiais e equipamentos fornecidos para instalação das usinas solares; e - Segmento de locação do sistema fotovoltaico que abrange o aluguel de painéis solares para a geração de energia renovável.

6. CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA, APLICAÇÕES FINANCEIRAS NO MERCADO ABERTO E RECURSOS VINCULADOS

6.1 Caixa e equivalentes de caixa: A carteira de aplicações financeiras foi constituída, principalmente, por Operações Compromissadas. A rentabilidade média ponderada da carteira em 2025 foi de 87,2% (87,0% em 2024) do CDI.

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Caixa e depósitos bancários à vista	5.190	3.532	10.343	7.447
Aplicações financeiras de liquidez imediata:				
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	-	-	839	-
Operações compromissadas	-	-	57	



ALSOL ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.

CNPJ nº 15.483.161/0001-50

8. ESTOQUES

Os estoques de material de almoxarifado são utilizados na operação e manutenção das usinas fotovoltaicas e prestação dos serviços.

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Estoque de material de almoxarifado	3.236	11.706	3.236	11.706
Total - circulante	3.236	11.706	3.236	11.706

9. TRIBUTOS A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Pode-me-passar	-	-	-	-
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	1.477	1.477	1.486	1.477
Contribuições ao PIS e à COFINS	69	96	356	351
Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas - IRPJ ⁽¹⁾	50.077	35.274	51.853	36.703
Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido - CSLL ⁽¹⁾	4.846	718	4.872	953
Outros	1.129	1.272	1.327	1.433
Total	57.598	38.837	59.894	40.917
Total - circulante	23.548	12.585	24.636	13.675
Total - não circulante	34.050	26.252	35.258	27.242

⁽¹⁾ Referem-se a créditos de tributos a recuperar de saldos negativos de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro e/ou recolhimentos de impostos e contribuições efetuadas a maior, que serão recuperados ou compensados com apurções de tributos em exercícios posteriores, de acordo com a forma prevista na legislação tributária vigente aplicável.

10. CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS, IMPOSTOS DIFERIDOS E DESPESA DE IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CORRENTE

O IRPJ e a CSLL diferidos são calculados sobre as diferenças temporárias entre os saldos dos ativos e passivos das Demonstrações Financeiras e as correspondentes bases fiscais utilizadas no cálculo do IRPJ e da CSLL correntes. A probabilidade de recuperação destes saldos é revisada ao fim de cada exercício e, quando não for mais provável que bases tributáveis futuras estejam disponíveis e permitam a recuperação total ou parcial destes impostos, o saldo do ativo é reduzido ao montante que se espera recuperar. Impostos diferidos reconhecidos no balanço:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Ativo				
Prejuízos fiscais	50.957	41.222	52.318	43.253
Base negativa da contribuição social	18.345	15.254	18.835	15.985
Diferenças temporárias:				
Imposto de Renda	19.805	5.161	18.354	4.570
Contribuição Social	7.130	1.858	6.608	1.645
Total - ativo não circulante	96.237	63.495	96.115	65.453
Passivo				
Diferenças temporárias:				
Imposto de renda	-	(14.584)	-	(14.596)
Contribuição social	-	(5.250)	-	(5.255)
Total - passivo não circulante	-	(19.834)	-	(19.851)
Total líquido ativo não circulante	96.237	43.661	96.115	45.602

As diferenças temporárias são como seguem:

	2025			
	Controladora		Consolidado	
	Base de cálculo	IRPJ + CSLL	Base de cálculo	IRPJ + CSLL
Ativo/Passivo				
Prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social	203.830	69.302	209.274	71.153
Instrumentos financeiros - derivativos	41.015	13.945	41.015	13.945
Provisão para perdas esperadas em créditos de liquidação duvidosa - PECLD	15.735	5.350	15.735	5.350
Outras provisões (honorários advocatícios e outras)	6.620	2.251	6.620	2.251
Marcação a mercado - dívida	2.304	783	2.304	783
Provisões para contingências judiciais e administrativas	1.724	586	1.724	586
Provisão para ajustes atuariais	1	-	1	-
Outras adições temporárias	11.823	4.020	6.020	2.047
Total líquido - ativo não circulante	283.052	96.237	282.693	96.115

	2024			
	Controladora		Consolidado	
	Base de cálculo	IRPJ + CSLL	Base de cálculo	IRPJ + CSLL
Ativo/Passivo				
Prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social	166.106	56.476	174.229	59.238
Provisão ajuste atuarial	1	-	1	-
Provisão para perdas esperadas em créditos de liquidação duvidosa - PECLD	10.166	3.456	10.166	3.456
Provisões para riscos cível, trabalhista, fiscal e regulatório	1.971	670	1.971	670
Provisão para perda de ICMS	5.791	1.969	5.791	1.969
Outras provisões (honorários advocatícios e outras)	352	120	352	120
Outras adições temporárias	2.363	804	(48)	(17)
Instrumentos financeiros - derivativos	(55.009)	(18.703)	(55.009)	(18.703)
Marcação a mercado - dívida	(3.325)	(1.131)	(3.325)	(1.131)
Total líquido - ativo não circulante	128.416	43.661	134.128	45.602

A realização dos créditos fiscais diferidos são como segue:

	Realizações de créditos fiscais	
	2025	2024
2026	-	-
2027	-	3.969
2028	-	6.555
2029	-	11.127
2030	-	16.694
2031 a 2033	-	47.591
Após 2033	-	10.301
Total	-	96.237

Para determinação do valor justo foram utilizadas as seguintes premissas:

	5º programa		6º programa (Restricted Shares)		6º programa (Performan- ce Shares)		7º programa (Restricted Shares)		7º programa (Performan- ce Shares)	
	Monte Carlo	Último preço	Monte Carlo	Último preço	Monte Carlo	Último preço	Monte Carlo	Último preço	Monte Carlo	Último preço
Método de Cálculo	Monte Carlo	Último preço	Monte Carlo	Último preço	Monte Carlo	Último preço	Monte Carlo	Último preço	Monte Carlo	Último preço
Total de opções de ações (units) outorgadas	6.147	3.401	3.401	3.768	3.768	1.621	975	1.668	1.668	4.977
Opções de ações (units) prescritas	6.147	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Data de aprovação do Conselho de Administração	12/05/2022	27/09/2023	27/09/2023	08/05/2024	08/05/2024	08/05/2024	08/05/2024	08/05/2025	08/05/2025	08/05/2025
Data de início vesting	13/05/2022	11/12/2023	30/10/2023	18/05/2024	09/05/2024	18/05/2024	12/05/2025	12/05/2025	12/05/2025	12/05/2025
Prazo de carência	3 anos	2 anos e 5 meses	2 anos e 5 meses	3 anos	3 anos	3 anos	3 anos	3 anos	3 anos	3 anos
Taxa de juros livre de risco	12,55%	N/A	11,09%	N/A	10,97%	N/A	N/A	13,47%	N/A	N/A
Projeção dos depósitos interfinanceiros - DI	DI12025	N/A	DI12026	N/A	DI12027	N/A	N/A	DI12028	N/A	N/A
Volatilidade ⁽¹⁾	34,88%	N/A	28,03%	N/A	27,28%	N/A	N/A	26,73%	N/A	N/A
Valor justo na data da outorga	R\$37,90	R\$51,75	R\$44,11	46,79	48,56	46,79	45,71	45,05	41,38	45,05
Movimentação	Encerrado	Em operação	Em operação	Em operação	Em operação	Em operação	Em operação	Em operação	Em operação	Em operação

⁽¹⁾ Volatilidade e correlação entre os preços de ação da Energisa S/A e dos concorrentes considerados no IEE (Índice de Energia Elétrica e seus pares) para o Total Shareholder Return TSR foram calculadas com base nos valores históricos de 1 ano anterior à data de outorga do programa.

Em 20 de maio de 2025 foram assinados os termos de quitação e ciência do 5º Programa do Plano de Incentivo de Longo Prazo, onde não houve a transferência de propriedade de units previstos no programa, em decorrência do não atingimento do Fator de Desempenho contratado. Para os programas em operação não há opções exercíveis ou expiradas em 31 de dezembro de 2025. Devido as características específicas do Plano de Incentivo de Longo Prazo da Companhia, divulgadas acima, não há preço de exercício ou limite para o exercício.

Em atendimento ao IFRS 2/CPC 10, a empresa apurou o valor justo das ações (units) restritas com condições de performance (Performance Shares) outorgadas com base no modelo de Monte Carlo para permitir a incorporação das condições de mercado no valor justo do ativo. A despesa é reconhecida em uma base "pro rata temporis", que se inicia na data da outorga, até a data em que o beneficiário adquire o direito a receber as ações (units). No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foram reconhecidos R\$65 (R\$37 em 2024) decorrente do Plano de Outorga de Opção de Ações na demonstração do resultado do exercício na rubrica de despesas gerais e administrativas - Pessoal e administradores. O montante reconhecido como reserva de capital no patrimônio líquido é de R\$435 (R\$370 em 2024).

12. INVESTIMENTOS

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Participação em controladas	327.059	330.188	-	-
Outros	-	1.068	2	1.070
Total	327.059	331.256	2	1.070

	2025								
	Informações sobre a controladas								
	Capital Social	Nº ações/ cotas detidas	%	Ativo	Passivo	Patrimônio Líquido	Resultado do Exercício	Equivalência Patrimonial	Investimentos
LARALSOL ⁽¹⁾	3.788	3.788	100	6.177	5.385	792	(161)	(161)	792
URB	10.722	10.722	100	18.905	1.118	17.787	1.704	1.704	17.787
REENERGISA I	8.271	8.271	100	10.599	718	9.881	1.209	1.209	9.881
REENERGISA II	17.414	12.310	100	25.119	1.770	23.349	3.920	3.920	23.349
RENESOLAR ⁽¹⁾	395	395	100	4.853	1.293	3.560	3.105	3.105	3.560
FLOWSOLAR ⁽¹⁾	3.231	3.231	100	13.369	5.351	8.018	6.035	6.035	8.018
CARBONSOLAR ⁽¹⁾	2.155	2.155	100	3.529	1.922	1.607	(159)	(159)	1.607
REENERGISA III	32.258	18.540	100	30.617	2.932	27.685	2.236	2.236	27.685
REENERGISA IV	21.726	6.168	100	32.105	2.526	29.579	2.175	2.175	29.579
REENERGISA V	24.620	31.696	100	28.620	2.172	26.448	1.869	1.869	26.448
REENERGISA VI	21.453	8.786	100	28.429	2.418	26.011	995	995	26.011
REENERGISA VII	28.150	6.319	100	34.737	2.210	32.527	2.601	2.601	32.527
REENERGISA VIII	26.534	8.322	100	32.833	2.546	30.287	1.577	1.577	30.287
ÂNGULO	56.476	31.298	100	121.106	33.670	87.436	(4.964)	(4.964)	87.436
Agio	-	-	-	-	-	-	-	-	2.884
Total	-	-	-	-	-	-	-	-	330.188

⁽¹⁾ Provisão para perda de investimentos - a Companhia está obrigada por força do controle a assumir os passivos de sua controlada em decorrência de seus resultados. No exercício de 2025 tais passivos estavam estimados em R\$525 (R\$1.065 em 2024), que inclui parcela de lucros não realizados da Laralol Empreendimentos Energéticos Ltda.

	2024								
	Informações sobre a controladas								
	Capital Social	Nº ações/ cotas detidas	%	Ativo	Passivo	Patrimônio Líquido	Resultado do Exercício	Equivalência Patrimonial	Investimentos
LARALSOL ⁽¹⁾	1	1	100	6.526	6.473	53	1.427	1.427	-
URB	10.292	10.292	100	18.527	904	17.623	1.206	1.206	17.623
REENERGISA I	7.641	7.641	100	10.608	732	9.876	1.232	1.232	9.876
REENERGISA II	8.751	3.647	100	23.826	1.406	22.420	2.786	2.786	22.420
RENESOLAR ⁽¹⁾	185	185	100	1.047	491	556	338	338	556
FLOWSOLAR ⁽¹⁾	2.076	2.076	100	9.907	3.300	6.607	4.155	4.155	6.607
CARBONSOLAR ⁽¹⁾	1.078	1.078	100	1.474	49	1.425	(49)	(49)	1.425
REENERGISA III	24.053	8.322	100	28.544	3.095	25.449	(143)	(143)	25.449
REENERGISA IV	21.271	5.713	100	29.735	1.761	27.974	1.444	1.444	27.974
REENERGISA V	24.244	31.320	100	27.261	1.721	25.540	1.188	1.188	25.540
REENERGISA VI	20.881	8.214	100	27.273	1.957	25.316	1.699	1.699	25.316
REENERGISA VII	28.065	6.234	100	31.885	1.461	30.424	260	260	30.424
REENERGISA VIII	26.534	8.322	100	32.172	2.289	29.883	1.996	1.996	29.883
ÂNGULO	25.193	15	100	115.221	23.738	91.483	(2.804)	(2.804)	91.483
Agio	-	-	-	-	-	-	-	-	15.612
Total	-	-	-	-	-	-	-	-	330.188

Movimentação dos investimentos:

	Subscrição/ aquisição e AFAC		Ganho/Perda aquisições de ações		Equivalência Patrimonial		Saldos em 2025	
	Saldos em 2024	Transferência	Dividendos	Transferência	Patrimonial	Saldos em 2025	Saldos em 2025	Saldos em 2025
Controlada								
LARALSOL	-	-	-	-	(161)	-	-	-
URB	17.623	-	-	-	(1.540)	1.704	17.787	-
REENERGISA I	9.876	-	-	-	(1.204)	1.209	9.881	-
REENERGISA II	22.420	-	-	-	(2.991)	3.920	23.349	-
RENESOLAR	556	675	-	-	(776)	3.105	3.560	-
FLOWSOLAR	6.607	-	-	-	(4.624)	6.035	6.035	

>>>



ALSOL ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.

CNPJ nº 15.483.161/0001-50

Consolidado							
	Taxa média de depreciação	Saldos em 2024	Adição	Transferência em curso ⁽¹⁾	Baixas	Depreciação	Saldos em 2025
Imobilizado em serviço							
Custo							
Edificações e benfeitorias	3,17%	279.972	-	3.684	(3.883)	-	279.773
Máquinas e equipamentos ⁽¹⁾	4,07%	1.894.404	11.490	198.751	(32.719)	-	2.071.926
Veículos	14,29%	2.656	-	2.839	-	-	5.495
Móveis e utensílios	6,25%	366	-	-	-	-	366
Total do imobilizado em serviço		2.177.398	11.490	205.274	(36.602)	-	2.357.560
Depreciação acumulada							
Edificações e benfeitorias		(30.669)	-	-	-	(5.799)	(36.468)
Máquinas e equipamentos		(132.311)	(814)	-	1.736	(83.730)	(215.119)
Veículos		(902)	-	-	-	(462)	(1.364)
Móveis e utensílios		(214)	-	-	-	(22)	(236)
Total da depreciação acumulada		(164.096)	(814)	-	1.736	(90.013)	(253.187)
Subtotal do imobilizado		2.013.302	10.676	205.274	(34.866)	(90.013)	2.104.373
Imobilizado em curso ⁽²⁾		375.983	193.947	(217.450)	-	-	352.480
Total do imobilizado		2.389.285	204.623	(2.176)	(34.866)	(90.013)	2.456.853

Consolidado								
	Taxa média de depreciação	Saldos em 2023	Combinação de negócios ⁽¹⁾	Adição	Transferência em curso ⁽²⁾	Baixa	Depreciação (4)	Saldos em 2024
Imobilizado em serviço								
Custo								
Edificações e benfeitorias	2,58%	208.322	-	-	71.650	-	-	279.972
Máquinas e equipamentos ⁽¹⁾	4,08%	1.288.098	72.909	19.352	516.896	(2.851)	-	1.894.404
Veículos	4,76%	1.469	-	1.302	-	(115)	-	2.656
Móveis e utensílios	3,13%	364	-	2	-	-	-	366
Total do imobilizado em serviço		1.498.253	72.909	20.656	588.546	(2.966)	-	2.177.398
Depreciação acumulada								
Edificações e benfeitorias		(12.807)	-	-	-	-	(17.862)	(30.669)
Máquinas e equipamentos		(59.301)	(3.631)	-	487	(69.866)	(132.311)	(215.119)
Veículos		(718)	-	-	115	-	(299)	(902)
Móveis e utensílios		(181)	-	-	-	-	(33)	(236)
Total da depreciação acumulada		(73.007)	(3.631)	-	602	(88.060)	(164.096)	(253.187)
Subtotal do imobilizado		1.425.246	69.278	20.656	588.546	(2.364)	(88.060)	2.013.302
Imobilizado em curso ⁽²⁾		599.606	60.773	307.989	(592.385)	-	-	375.983
Total do imobilizado		2.024.852	130.051	328.645	(3.839)	(2.364)	(88.060)	2.389.285

⁽¹⁾ Inclui R\$138.663 (R\$126.195 em 2024) na controladora e R\$155.078 (R\$133.936 em 2024) no consolidado, deduzidos de Ajuste a Valor Presente, de valores estimados com a desmobilização dos ativos de geração que serão incorridos pela Companhia na desmontagem de equipamentos e recuperação e restauração do sítio onde se encontram instalados as Usinas quando do encerramento dos contratos. A estimativa foi mensurada com base no valor presente dos custos esperados para liquidar a obrigação, utilizando uma taxa de desconto que reflete o risco do negócio, com base na melhor estimativa da Administração. A provisão é reconhecida no passivo não circulante, sendo revisada anualmente e quaisquer ajustes de estimativa são efetuados em contrapartida ao custo do ativo. ⁽²⁾ O imobilizado em curso é composto essencialmente por usinas que estão em construção para fins de geração de energia fotovoltaica. ⁽³⁾ Inclui (R\$61.458 em 2024) de mais valia dos ativos apurado em combinação de negócio quando das aquisições das controladas Vision I, II, III, IV, VI, Ube e Reenergia VIII, Lagoa Formosa e Ângulo Participações. ⁽⁴⁾ A Companhia registrou no exercício, crédito de PIS/COFINS sobre amortização dos bens e equipamentos no montante de R\$6.067 (R\$5.806 em 2024) e no consolidado de R\$6.636 (R\$6.107 em 2024). ⁽⁵⁾ Vide nota explicativa nº12. ⁽⁶⁾ Transferência do imobilizado para o intangível referente a aquisição, licenças e desenvolvimento de softwares.

13.1 Arrendamentos - Controladora

	Taxa média de amortização	Saldos em 2024	Adição	Baixas	Amortização	Saldos em 2025
Intangível - direito de uso - Terrenos						
Custo						
Amortização Acumulada	4,92%	69.817	2.811	(97)	-	72.531
Total do intangível - direito de uso		61.508	2.811	(97)	(3.568)	60.654

	Taxa média de amortização	Saldos em 2023	Adição	Baixas	Amortização	Saldos em 2024
Intangível - direito de uso - Terrenos						
Custo						
Amortização Acumulada	4,66%	62.093	7.724	-	-	69.817
Total do intangível - direito de uso		57.038	7.724	1	(3.255)	61.508

13.2 Arrendamentos - Consolidado

	Taxa média de amortização	Saldos em 2024	Adição	Baixas	Amortização	Saldos em 2025
Intangível - direito de uso - Terrenos						
Custo						
Amortização Acumulada	4,73%	74.961	8.594	(95)	-	83.460
Total do intangível - direito de uso		66.463	8.404	(95)	(3.947)	70.825

	Taxa média de amortização	Saldos em 2023	Adição	Baixas	Amortização	Saldos em 2024
Intangível - direito de uso - Terrenos						
Custo						
Amortização Acumulada	4,59%	64.111	10.952	(102)	-	74.961
Total do intangível - direito de uso		59.049	10.952	(98)	(3.440)	66.463

14. INTANGÍVEL

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Intangível - software	28.089	13.501	87.216	75.673
Intangível - ágio	-	-	2.883	15.611
Total	28.089	13.501	90.099	91.284

14.1 Intangível - Software - Controladora

	Taxa média de amortização	Saldos em 2024	Adição	Transferências ⁽¹⁾	Baixas	Amortização	Saldos em 2025
Intangível - software							
Software							
Software	20,00%	12.647	-	17.471	(103)	-	30.015
Amortização Acumulada		(4.444)	-	-	-	(3.906)	(8.350)
Em curso		5.298	5.818	(4.692)	-	-	6.424
Total do intangível - software		13.501	5.818	12.779	(103)	(3.906)	28.089

	Taxa média de amortização	Saldos em 2023	Adição	Transferências ⁽¹⁾	Amortização	Saldos em 2024
Intangível - software						
Software						
Software	19,96%	10.421	245	1.981	-	12.647
Amortização Acumulada		(2.653)	-	-	(1.791)	(4.444)
Em curso		-	3.440	1.858	-	5.298
Total do intangível - software		7.768	3.685	3.839	(1.791)	13.501

14.2 Intangível - Software - Consolidado

	Taxa média de amortização	Saldos em 2024	Adição	Transferências ⁽¹⁾	Baixas	Amortização	Saldos em 2025
Intangível - software							
Software							
Software	20,00%	73.231	-	17.471	(103)	-	90.599
Amortização Acumulada		(5.969)	-	-	-	(6.348)	(12.317)
Em Curso		8.411	5.818	(5.295)	-	-	8.934
Total do intangível - software		75.673	5.818	12.176	(103)	(6.348)	87.216

	Taxa média de amortização	Saldos em 2023	Combinação de Negócios	Adição	Transferências ⁽¹⁾	Amortização	Saldos em 2024
Intangível - software							
Software							
Software	20,00%	23.990	47.015	245	1.981	-	73.231
Amortização Acumulada		(2.974)	-	-	-	(2.995)	(5.969)
Em Curso		3.113	-	3.440	1.858	-	8.411
Total do intangível - software		24.129	47.015	3.685	3.839	(2.995)	75.673

14.3 Ágio: A movimentação está apresentada a seguir:

	2025	2024
Saldo em 2024 e 2023		
Baixa de ágio na aquisição de participações	-	15.611
Saldo em 2025 e 2024	15.611	15.611
Na aquisição de controle societário foi apurado um ágio no montante de R\$2.883 (15.611 em 2024) sendo R\$18 (18 em 2024) da Urb Energia Limpá Ltda, (R\$4.205 em 2024) da empresa Reenergia I, R\$2.865 (10.159 em 2024) da Reenergia II, (R\$609 em 2024) da Reenergia IV e (R\$620 em 2024) na Reenergia VI.		

15. FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Material ⁽¹⁾	4.790	28.200	4.790	28.200
Serviços ⁽²⁾	32.978	41.048	38.364	47.072
Total	37.768	69.248	43.154	75.272
Circulante	36.940	68.896	37.796	69.812
Não circulante	828	352	5.358	5.460

⁽¹⁾ Refere-se à aquisição de materiais, necessários à execução dos projetos desenvolvidos. O prazo médio de liquidação destes passivos é de 19 dias.

⁽²⁾ Refere-se à contratação de serviços relacionados a montagem e manutenção das usinas fotovoltaicas.

16. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E ENCARGOS DE DÍVIDAS

A movimentação dos empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas está demonstrada a seguir:

	Controladora					Saldo em 2025
	Saldos em 2024	Pagamento de Captação	Pagamento de Principal	Pagamento de Juros	Encargos, atualização monetária, cambial e Custos	
Moeda Nacional						
Pré-Fixado	90.505	-	(1.700)	(2.643)	2.646	88.808
Pós-Fixado						
IPCA	678.484	238.000	(1.960)	(47.109)	79.363	946.778
CDI	223.088	770.000	(200.000)	(101.001)	80.125	772.212
(-) Custo com captação	(4.532)	-	-	-	1.072	(5.800)
Total moeda nacional	985.198	1.008.000	(203.660)	(150.753)	163.213	1.801.998
Moeda Estrangeira						
Dólar	677.618	380.000	(607.921)	(39.375)	(51.025)	359.297
Marcação a mercado	(3.325)	-	-	-	5.629	2.304
Total moeda estrangeira	674.293	380.000	(607.921)	(39.375)	(51.025)	361.601
Total	1.659.491	1.388.000	(811.581)	(190.128)	112.188	2.163.599
Circulante	901.779	-	-	-	-	246.642
Não circulante	757.712	-	-	-	-	1.916.957

	Controladora					Saldo em 2025
	Saldos em 2023	Pagamento de Captação	Pagamento de Principal	Pagamento de Juros	Encargos, atualização monetária, cambial e Custos	
Moeda Nacional						
Pré-Fixado	92.197	-	(1.700)	(2.712)	2.720	90.505
Pós-Fixado						
IPCA	569.888	81.000	(1.868)	(40.465)	69.929	678.484
CDI	209.874	-	-	(12.819)	26.033	223.088
(-) Custo com captação	(4.532)	-	-	-	988	(6.879)
Total moeda nacional	867.427	81.000	(3.568)	(55.996)	99.670	985.198
Moeda Estrangeira						
Dólar	361.767	1.466.366	(1.292.097)	(27.382)	168.964	677.618
Marcação a mercado	(1.140)	-	-	-	2.185	(3.325)
Total moeda estrangeira	360.627	1.466.366	(1.292.097)	(27.382)	168.964	674.293
Total	1.228.054	1.547.366	(1.295.665)	(



ALSOL ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.

CNPJ nº 15.483.161/0001-50

20. PROVISÕES PARA RISCOS TRABALHISTA, CÍVEL E FISCAL

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos em andamento em tribunais e órgãos governamentais. Tais processos decorrem do desenvolvimento normal das suas atividades, envolvendo matéria trabalhista, cível e fiscal. **20.1 Perdas Prováveis:** Uma provisão é reconhecida quando a obrigação for considerada provável de perdas pelos assessores jurídicos da Companhia. A contrapartida da obrigação é uma despesa do exercício. Essa obrigação pode ser mensurada com razoável certeza e é atualizada de acordo com a evolução do processo judicial ou encargos financeiros incorridos e pode ser revertida caso a estimativa de perda não seja mais considerada provável, ou baixada quando a obrigação for liquidada. Por sua natureza, os processos judiciais serão resolvidos quando um ou mais eventos futuros ocorrerem ou deixarem de ocorrer. Tipicamente, a ocorrência ou não de tais eventos não depende da atuação da Companhia e incertezas no ambiente legal envolvem o exercício de estimativas e julgamentos significativos da Administração quanto aos resultados dos eventos futuros. Segue demonstrativo das movimentações das provisões:

	Controladora			Consolidado		
	Trabalhista	Cível	Fiscal	2025	2024	2024
Saldos em 2024 e 2023	222	1.137	612	1.971	850	850
Provisões e reversões líquidas	43	190	-	233	1.009	1.009
Pagamento	(170)	(290)	-	(460)	47	47
Atualização	(52)	32	-	(20)	65	65
Saldos em 2025 e 2024	43	1.069	612	1.724	1.971	1.971

	Controladora			Consolidado		
	Trabalhista	Cível	Fiscal	2025	2024	2024
Saldos em 2024 e 2023	281	1.137	612	2.030	850	850
Provisões e reversões líquidas	8	189	-	197	1.062	1.062
Pagamento	(170)	(290)	-	(460)	47	47
Atualização	(53)	32	-	(21)	71	71
Saldos em 2025 e 2024	66	1.068	612	1.746	2.030	2.030

A Companhia e suas controladas possuem depósitos e cações vinculados registrados no ativo não circulante no montante de R\$876 (R\$790 em 2024), e estão correacionados a processos provisionados ou não provisionados. **Trabalhista:** A Companhia possui processo de natureza trabalhista em andamento, envolvendo discussões sobre: (i) horas extras; (ii) verbas rescisórias e (iii) reintegração. **Cível:** A Companhia possui processo de natureza cível em andamento, envolvendo especialmente discussões sobre: (i) inscrição no serasa; (ii) reclamação de consumo; (iii) geração distribuída e (iv) rescisão contratual. **20.2 Perdas Possíveis - Consolidados:** A Companhia possui processos de naturezas trabalhista, fiscal e cível cuja probabilidade de perda foi estimada pelos consultores jurídicos com prognóstico de perda possível.

	Controladora			Consolidado		
	Trabalhista	Cível	Fiscal	2025	2024	2024
Saldo em 2024 e 2023	49	210	715	974	751	751
Novos processos	-	-	2.157	2.157	-	-
Mudança de prognóstico e valor pedido	-	24	27	51	153	153
Encerramento de processos	-	(57)	-	(57)	-	-
Atualização monetária	7	9	301	317	70	70
Saldo em 2025 e 2024	56	186	3.200	3.442	974	974

Trabalhista: A Companhia possui processo de natureza trabalhista em andamento, envolvendo discussão sobre responsabilidade subsidiária (verbas contratuais/legais). **Cível:** A Companhia possui processo de natureza cível em andamento, envolvendo especialmente discussões sobre: (i) inscrição no serasa; (ii) reclamação de consumo; (iii) geração distribuída e (iv) rescisão contratual. **Fiscal:** A Companhia possui processo de natureza tributária em andamento, envolvendo especialmente discussão sobre PIS/COFINS.

21. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

21.1 Capital social: O capital social, subscrito e integralizado, é de R\$843.634 (R\$843.634 em 2024) e está representado por 319.728 (319.728 em 2024) ações, sendo 319.628 (319.628 em 2024) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal e 100 (100 em 2024) ações preferenciais. **21.2 Reserva de Capital**

	2025	2024
Transações com investimentos ⁽¹⁾	6.620	(148)
Programa de remuneração variável (ILP) - Reflexo ⁽²⁾	435	370
Saldos	7.055	222

⁽¹⁾ Transações sócios com investimentos nas controladas, referente a contraprestações Ângulo. ⁽²⁾ Implementação do programa de remuneração variável, através de concessão de ações ocorridas, denominada Incentivo de Longo Prazo (ILP), contabilizados diretamente no patrimônio líquido. **21.3 Outros resultados abrangentes:** Refere-se a contabilização do plano de benefício pós emprego líquidos de impostos. Os referidos saldos estão contabilizados em atendimento ao CPC 26 (IAS 01) - Apresentação das demonstrações contábeis. Segue movimentação no exercício de 2025:

	2025	2024
Saldo em 2024 e 2023	18	12
Ganho e perda atuarial - benefícios pós-emprego	1	9
Tributos sobre ganho e perda atuarial - benefícios pós-emprego	-	(3)
Saldos em 2025 e 2024	19	18

22. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Receita operacional bruta				
Venda de produtos e mercadorias	-	13.620	-	13.620
Locação de equipamentos e prestação de serviços	348.561	370.756	396.640	400.722
Receita de construção da infraestrutura ⁽¹⁾	218.865	-	218.865	-
Receita operacional bruta	567.426	384.376	615.505	414.342
Deduções à receita operacional				
ICMS	-	1.476	-	1.476
ISS	127	233	127	233
PIS	4.312	5.541	4.714	5.748
COFINS	19.862	25.524	21.714	26.476
Total das deduções à receita operacional	24.301	32.774	26.555	33.933
Receita operacional líquida	543.125	351.602	588.950	380.409

⁽¹⁾ Receita de construção da infraestrutura: está representada pelo mesmo montante em custo de construção da infraestrutura. Tais valores, são de reconhecimento obrigatório pela ICPQ 01 - Contratos de Concessão e correspondem ao custo de construção das obras de ativos da concessão de distribuição de energia elétrica.

23. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

Os custos e despesas operacionais especificados na demonstração do resultado do exercício possuem as seguintes composições por natureza de gastos:

Natureza do Gasto	Controladora			Consolidado		
	Custo da Mercadoria Vendida e Serviço Prestado		Despesas Operacionais	Despesas Gerais e Administrativas		Total
	2025	2024	2025	2024	2024	
Encargos de uso-sist. de transmissão e distribuição	58.085	-	58.085	43.870	43.870	
Pessoal e administradores	9.343	29.772	39.115	32.097	32.097	
Programa remuneração variável (ILP)	-	65	65	37	37	
Benefício pós-emprego	2	513	515	274	274	
Material	6.168	1.784	7.952	9.338	9.338	
Serviços de terceiros	26.840	30.123	56.963	79.009	79.009	
Depreciação e amortização	73.019	8.092	81.111	80.083	80.083	
Provisão para riscos trabalhistas e cíveis	-	233	233	1.009	1.009	
Provisões para perda esperadas de créditos de liquidação duvidosa	5.569	1.786	5.569	7.925	7.925	
Custo de construção da infraestrutura	218.865	-	218.865	-	-	
Outras	13.447	4.210	17.657	19.129	19.129	
Total	411.338	74.792	486.130	272.771	272.771	

Natureza do Gasto	Controladora			Consolidado		
	Custo da Mercadoria Vendida e Serviço Prestado		Despesas Operacionais	Despesas Gerais e Administrativas		Total
	2025	2024	2025	2024	2024	
Encargos de uso-sist. de distribuição	60.444	-	60.444	44.702	44.702	
Pessoal e administradores	9.344	30.127	39.471	32.339	32.339	
Programa remuneração variável (ILP)	-	65	65	37	37	
Benefício pós-emprego	-	516	518	274	274	
Material	6.237	1.786	8.023	9.378	9.378	
Serviços de terceiros	26.904	30.175	57.079	80.100	80.100	
Depreciação e amortização	84.957	8.715	93.672	88.388	88.388	
Provisão para riscos trabalhistas e cíveis	-	197	197	1.062	1.062	
Provisões para perda esperadas de créditos de liquidação duvidosa	7.837	-	7.837	7.999	7.999	
Custo de construção da infraestrutura	218.865	-	218.865	-	-	
Outras	15.064	3.158	18.222	20.028	20.028	
Total	429.654	74.739	504.393	284.107	284.107	

24. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Receita de aplicações financeiras	29.605	22.198	34.873	23.264
Atualização monetária de depósitos judiciais	68	45	68	45
Juros Sêlic s/ impostos a recuperar	632	2	656	16
Tributos à receita financeira	(1.138)	(931)	(1.143)	(932)
Outras receitas financeiras	4.836	2.111	4.870	2.100
Total receita financeira	34.003	23.425	39.324	24.493
Encargos de dívidas	(193.353)	(116.367)	(194.472)	(117.962)
Encargos de dívidas - variação monetária e cambial	77.151	(178.634)	76.611	(179.003)
Marcação a mercado de dívidas	(5.629)	2.185	(5.629)	2.185
Marcação a mercado de derivativos	5.629	(2.185)	5.629	(2.185)
Instrumentos financeiros derivativos	(139.027)	111.545	(139.027)	111.545
(-) Transferência para ordens em curso	26.064	52.865	26.064	52.865
Comissões e despesas bancárias	(921)	(675)	(1.232)	(963)
Despesas com IOF	(8.038)	(1.520)	(8.028)	(1.520)
Provisão para riscos	20	(65)	21	(71)
Passivo de arrendamento	(7.595)	(11.179)	(11.186)	(11.742)
Outras despesas financeiras	(4.099)	(6.731)	(1.905)	(6.890)
Total despesa financeira	(249.788)	(150.761)	(253.154)	(153.741)
Despesas financeiras líquidas	(215.785)	(127.336)	(213.830)	(129.248)

25. PREJUÍZO POR AÇÃO

O resultado por ação básico e diluído foi calculado com base no resultado do exercício atribuível a e respectiva quantidade de ações em circulação.

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Prejuízo do exercício atribuível aos acionistas controladores:				
Ações ordinárias	-	(83.145)	-	(17.480)
Total	-	(83.145)	-	(17.480)
Média ponderada das ações (mil)	-	320	-	320
Total	-	320	-	320
Lucro (prejuízo) básico por ação em Reais - R\$ ⁽¹⁾	-	(259,83)	-	(54,67)

(1) A Companhia não possui instrumento diluidor.

26. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCO

26.1 Hierarquia de valor justo: Os diferentes níveis foram assim definidos: - Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos; - Nível 2 - Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); - Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). Ressaltamos que não foram observados instrumentos financeiros classificados como Nível 1 e 3 durante o exercício em análise e que não ocorreram transferências de níveis para este mesmo exercício. Abaixo, são comparados os valores contábeis, valor justo e os níveis hierárquicos dos principais ativos e passivos de instrumentos financeiros:

Ativo	Nível	Controladora		Consolidado		Controladora		Consolidado	
		2025		2024		2025		2024	
		Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Custo amortizado									
Caixa e equivalente de caixa		5.190	5.190	3.532	3.532	68.892	68.892	43.026	43.026
Clientes		67.225	67.225	55.678	55.678	69.347	69.347	60.462	60.462
Valor justo por meio do resultado		72.415	72.415	59.210	59.210	138.239	138.239	103.488	103.488
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	2	295.160	295.160	99.994	99.994	296.425	296.425	100.687	100.687
Instrumentos financeiros derivativos	2	-	55.009	55.009	-	55.009	-	55.009	55.009
Total		295.160	295.160	155.003	155.003	296.425	296.425	155.696	155.696
Passivo									
Custo amortizado									
Fornecedores		37.768	37.768	69.248	69.248	43.154	43.154	75.272	75.272
Empréstimos, financiamentos e debêntures		1.801.998	1.803.388	1.794.352	1.791.239	1.824.292	1.825.682	1.817.264	1.814.651
Valor justo por meio do resultado		1.839.766	1.841.156	1.863.600	1.860.487	1.867.446	1.868.836	1.893.036	1.889.923
Empréstimos, financiamentos e debêntures	2	361.601	361.601	-	-	361.601	361.601	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	2	41.015	41.015	-	-	41.015	41.015	-	-
Total		402.616	402.616	-	-	402.616	402.616	-	-

Fair Value Option: A Companhia e suas controladas optaram pela designação formal de novas operações de dívidas contratadas, para as quais possuem instrumentos financeiros derivativos de proteção do tipo swap para troca de variação cambial e juros, como mensuradas ao valor justo. A opção pelo valor justo *Fair Value Option* tem o intuito de eliminar ou reduzir uma inconsistência de mensuração ou reconhecimento de determinados passivos, no qual de outra forma, surgiria. Assim, tanto os swaps quanto as respectivas dívidas passam a ser mensuradas ao valor justo e tal opção é irrevogável, bem como deve ser efetuada apenas no registro contábil inicial da operação. Em 31 de dezembro de 2025 tais dívidas e derivativos, assim como os demais ativos e passivos mensurados ao valor justo por meio do resultado tem quaisquer ganhos ou perdas resultantes de sua re-mensuração reconhecidos no resultado da Companhia. Durante o exercício, o valor contábil das dívidas designadas como *Fair Value Option* foi impactado em R\$5.629 devedor (R\$2.185 em 2024) e reconhecido no resultado financeiro no mesmo montante em que o valor justo de swap de taxa de juros era reconhecido no resultado. A Companhia e suas controladas não possuem avaliação de risco de crédito ou instrumento derivativo contratado para esta exposição. Na avaliação da Companhia, a alteração do risco de crédito não tem impacto significativo. **26.2 Gerenciamento dos Riscos: Administração financeira de risco:** A Diretoria tem responsabilidade geral pelo estabelecimento e supervisão do modelo de administração de risco da Companhia e de suas controladas. Assim, fixou limites de atuação com montantes e indicadores preestabelecidos na "Política de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro" (revista anualmente e disponível no web site da controladora Energisa S/A) e nos regimes internos da diretoria da Companhia e de suas controladas. A gestão de risco da Companhia e de suas controladas visam identificar, analisar e monitorar riscos enfrentados, para estabelecer limites e mesmo checar a aderência aos mesmos.

As políticas de gerenciamento de riscos e sistemas são revisadas regularmente, a fim de avaliar mudanças nas condições de mercado e em atividades da Companhia e de suas controladas. A diretoria tem como prática reportar mensalmente a performance operacional e os fatores de riscos que envolvem a Companhia e suas controladas. A Companhia e suas controladas contam com serviços de empresa especializada e independente na gestão de risco de caixa e dívida, de modo que o procedimento monitoramento diário sobre o comportamento dos principais indicadores macroeconômicos e seus impactos nos resultados, em especial nas operações de derivativos. Este trabalho permite definir estratégias de contratação e reposicionamento, visando menores riscos e melhor resultado financeiro. **a) Risco de capital:** O índice de endividamento no final do exercício é:

	Consolidado	
	2025	2024

>>>


ALSOL ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.

CNPJ nº 15.483.161/0001-50

As principais coberturas são:

Ramos	Data de vencimento	Importância Segurada (R\$ mil)	Prêmio Total - Controladora	
			2025	2024
Compreensivo Empresarial	-	-	-	425
Responsabilidade Civil Ambiental	20/10/2026	20.000	7	7
Riscos Operacionais	06/10/2026	90.000	4.615	4.088
Responsabilidade Civil de Administradores e Diretores (D&O)	05/08/2026	100.000	2	1
Responsabilidade Civil Geral	30/06/2026	90.000	28	24
Auto - Frota	23/10/2026	Até 1.000/veículo	67	64
Vida em Grupo Acidentes Pessoais	31/01/2028	19.699	57	51
Transporte Nacional	30/07/2026	Até 5.000/viagem	15	24
Risco de engenharia + Responsabilidade Civil Obras	30/04/2026	18.346	131	164
Total			4.922	4.848

Ramos	Data de vencimento	Importância Segurada (R\$ mil)	Prêmio Total - Controlada	
			2025	2024
Compreensivo Empresarial	-	-	-	425
Responsabilidade Civil Ambiental	20/10/2026	20.000	7	7
Riscos Operacionais	06/10/2026	90.000	5.087	4.526
Responsabilidade Civil de Administradores e Diretores (D&O)	05/08/2026	100.000	2	1
Responsabilidade Civil Geral	30/06/2026	90.000	28	24
Auto - Frota	23/10/2026	Até 1.000/veículo	67	64
Vida em Grupo Acidentes Pessoais	31/01/2028	19.699	58	51
Transporte Nacional	30/07/2026	Até 5.000/viagem	15	24
Risco de engenharia + Responsabilidade Civil Obras	30/04/2026	18.346	131	164
Total			5.395	5.286

29. COMPROMISSOS

29.1 Locação de áreas para a implantação de usinas: A Companhia detém diversos contratos de arrendamento de áreas para a construção/instalação de usinas solares fotovoltaicas cujos prazos médios de locação são de 25 anos, sendo que os pagamentos desses contratos são feitos em periodicidades mensais ou anuais, a depender de cada negociação. Esses contratos têm validade apenas após a emissão pela concessionária de energia com viabilidade técnica e econômica para construção das usinas.

Vigência	Locação de áreas para a implantação de usinas					Após 2028	Prazo médio
	2025	2026	2027	2028	2029		
2025 a 2051	4.121	4.155	4.101	4.152	71.134		25 anos

30. MEIO AMBIENTE

A Companhia e suas controladas tratam os impactos sociais e ambientais de seus produtos, processos e instalações, através de programas e práticas que evidenciam a sua preocupação e responsabilidade para com o meio ambiente, dentre as quais merecem destaque: **1.** O Sistema de Gestão em Meio Ambiente, Aspectos Sociais, Saúde e Segurança do Trabalho - SGM/SSS implantado na Companhia é baseado nas normas ISO 14.001, OSHAS 18.001, Portaria 3.214/78 do TEM, que regula todas as NRs e Legislação pertinente. O sistema é capaz de fornecer os subsídios necessários ao adequado monitoramento dos aspectos socioambientais, saúde e segurança. **2.** Disposição e tratamento de resíduos: além de ter conhecimento da natureza e das quantidades de resíduos gerados durante seu processo de produção, possui procedimentos para correta destinação final de produtos, todos em conformidade com o SGM/SSS e legislações pertinentes. **3.** Em todos os seus projetos, requer licenças ambientais e demais autorizações, como Autorização para Supressão Vegetal, Outorga de Água ou eventual anuência de algum órgão específico decorrente do projeto a ser realizado, como Marinha do Brasil no projeto de UFV Flutuante. Como a legislação para licenciamento ambiental varia conforme localização e porte do empreendimento, a Companhia conta com serviços terceirizados de consultoria ambiental, a depender das particularidades de cada empreendimento, sendo

verificado os seguintes critérios: locacional; tipo de atividade (maioria das vezes Usina Solar Fotovoltaica); porte (parâmetro medido em potência, exemplo: MW); potencial poluidor (parâmetro seguido de acordo com a legislação, que combina porte e tipo de atividade, e é classificado em Pequeno, Médio ou Grande). **4.** A Companhia atua na prestação de serviços de operação e manutenção de sistemas fotovoltaicos. Todas as atividades de nossas equipes são realizadas respeitando-se as políticas e normas contidas no SGM/SSS, bem como procedimentos e normas internas de nossos clientes, voltadas para o meio ambiente, saúde e segurança. **5.** Possui internamente um Engenheiro Ambiental especializado que analisa previamente e orienta a disposição ou destinação dos resíduos, sendo que, assim como as licenças, todos os projetos realizados são encaminhados para uma consultoria ambiental externa que orienta e realiza a gestão junto aos órgãos licenciadores para obtenção de autorização para viabilidade de empreendimentos de energia próprios e de terceiros, alinhados com a sustentabilidade e mitigação de possíveis impactos ambientais provenientes das atividades desenvolvidas. No exercício em 2025, os montantes investidos nos projetos acima descritos e práticas totalizaram R\$995 (R\$1.022 em 2024).
 ☐ Informações não examinadas pelos auditores independentes.

31. INFORMAÇÕES ADICIONAIS AOS FLUXOS DE CAIXA

Em 2025 e 2024, as movimentações patrimoniais que não afetaram o fluxo de caixa da Companhia e do consolidado, são como seguem:

	2025	2024
Atividades operacionais		
Fornecedores	12.579	21.539
Arrendamento mercantil - CPC 06 (R2)	6.259	8.873
Atividades de investimentos		
Aquisição de intangível com pagamento a prazo	12.579	21.539
Intangível - CPC 06 (R2)	6.259	8.873
Combinação de negócios		
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	-	932
Clientes	-	-
Tributos a recuperar	-	600
Outros ativos circulantes	-	4.459
Imobilizado	-	130.051
Intangível	-	48.014
Fornecedores	-	656
Debêntures, financiamentos e encargos de dívidas	-	56.477
Impostos e contribuições sociais	-	25
Outros passivos	-	194

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Antonio Carlos de Andrada Tovar Suplente	Fernanda Rocha Campos Pogliese Suplente	Gustavo Uramoto Matsumoto Suplente	Luiz Alexandre Garcia Conselheiro
Maurício Perez Botelho Conselheiro		Ricardo Perez Botelho Conselheiro	

DIRETORIA EXECUTIVA

Erick Domingues Alencar Diretor Administrativo e Financeiro	Fernando Lima Costalunga Diretor de Desenvolvimento de Negócios e Tecnologia	Rodolfo da Paixão Lima CRC-RJ 107.310/O-0
----------------------------------------------------------------	---------------------------------------------------------------------------------	----------------------------------------------

CONTADOR
RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Diretores e Acionistas da Alsol Energias Renováveis S.A. **Uberlândia - MG - Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Alsol Energias Renováveis S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Alsol Energias Renováveis S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e a suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros assuntos:** *Demonstrações do valor adicionado:* As demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da Diretoria da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS Accounting Standards, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa norma e é consistente em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor:** A Diretoria da Companhia é responsável por essa outra informação que compreende o Balanço Social. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Balanço Social, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Balanço Social e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Balanço Social, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito. **Responsabilidades da Diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as IFRS Accounting Standards, emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e de suas controladas são aqueles com responsabilidade pela

supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e de suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e de suas controladas. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócio do grupo como base para formar a opinião sobre as demonstrações financeiras do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.
 Rio de Janeiro, 12 de março de 2026

Deloitte.

 DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
 Auditores Independentes Ltda.
 CRC nº 2 SP 01 1609/O-8 "F" RJ

 Antônio Carlos Brandão de Sousa
 Contador
 CRC nº 1 RJ 065976/O-4

energisa.com.br

ANUNCIE NO



O ponto de encontro, análise e debate sobre a economia em Minas Gerais.

31 9 9959-2706 / 3469-2007
 comercial@diariodocomercio.com.br
 diariodocomercio.com.br

Diário do Comércio

diariodocomercio



Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001. A autenticidade pode ser conferida ao lado



A publicação acima foi assinada e certificada digitalmente no dia 25/03/2026

Aponte a câmera do seu celular para o QR Code para acessar a página de Publicidade Legal no portal do Jornal Diário do Comércio. Acesse também através do link: <https://diariodocomercio.com.br/publicidade-legal/25-03-2026-p4/>

